



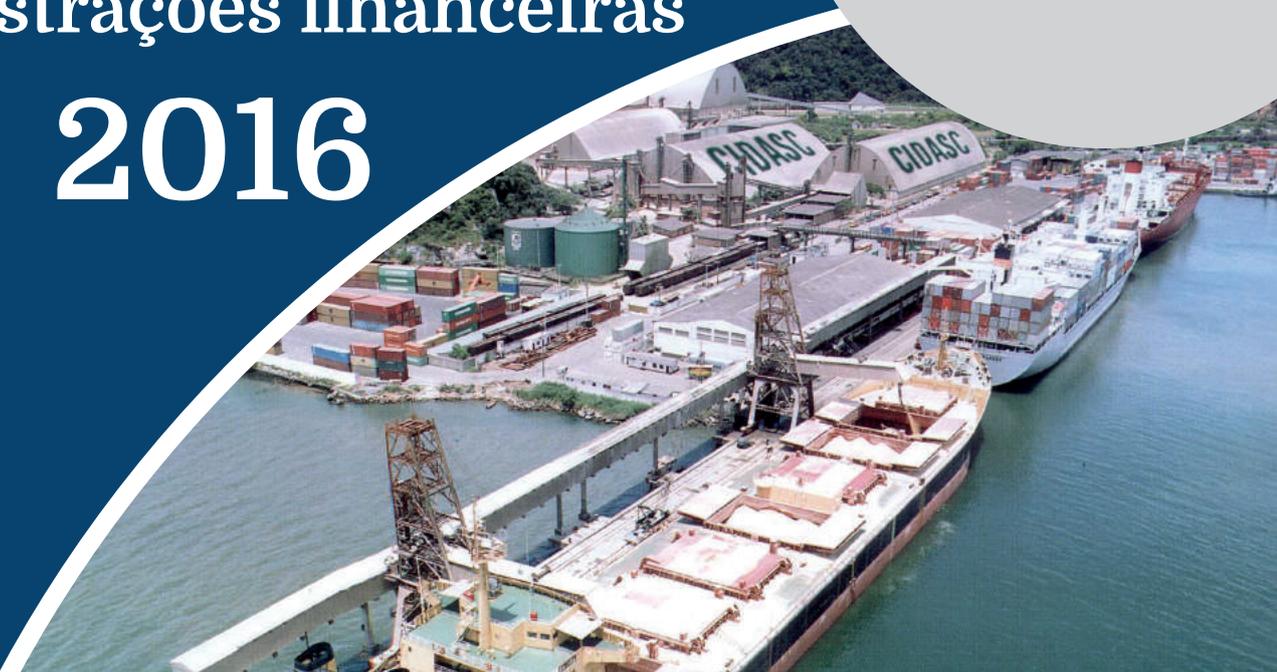
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

# Demonstrações financeiras

# 2016



**GOVERNO  
DE SANTA  
CATARINA**  
Secretaria de Estado da  
Agricultura e da Pesca



## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

MOACIR SOPELSA (Presidente)  
AIRTON SPIES  
EMILIO DELLA BRUNA  
VILI SEGATTO  
ÁLVARO ANTÔNIO RIBAS DOURADO

## **CONSELHO FISCAL**

MARINA GUTHIÁ MORAES (Presidente)  
OLICES OSMAR SANTINI  
ADRIANO ROTTA

## **DIRETORIA**

ENORI BARBIERI  
Presidência

VALDO JOSÉ DOS SANTOS FILHO  
Diretoria Administrativo Financeiro

PRISCILA PAGANINI COSTA FERRARI  
Diretoria de Comercialização

PRISCILA BELLEZA MACIEL  
Diretoria de defesa agropecuária

RODRIGO DA SILVA CONCEIÇÃO  
Diretoria Institucional

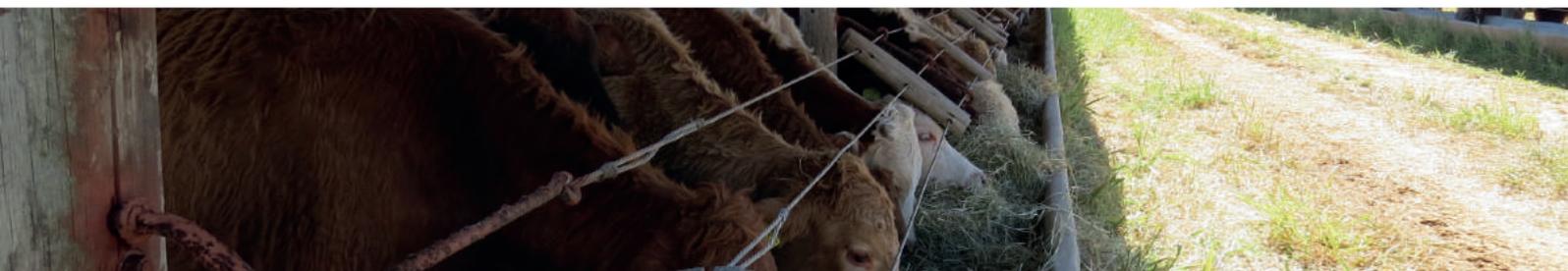
## **RESPONSÁVEL TÉCNICA**

PAOLA COLOMBI  
Contadora CRC/SC 036436/O-0



## Relatório de Administração

Relatório de Administração	6
A Cidasc	6
Práticas de governança corporativa	8
Destaques 2016	8
Indicadores econômicos	12
Investimentos	14
Gestão de Pessoas	14
Gestão Social	17
Perspectivas futuras	18



## Demonstrações Financeiras

Balço Patrimonial	20
Demonstração do resultado de exercício	22
Demonstração das mutações de patrimônio líquido	23
Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto	24
Notas explicativas	25
Parecer auditoria externa	52
Parecer do conselho fiscal	58
Siga a Cidasc	59



# Relatório de Administração



# Relatório de Administração

Submetemos à apreciação dos senhores conselheiros, clientes, fornecedores e sociedade em geral o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

## A CIDASC

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, fundada em 27 de novembro de 1979, é empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, com sede e foro em Florianópolis e atuação em todo o estado de Santa Catarina.

O atendimento à população é realizado de forma descentralizada através de sua estrutura organizacional, que consiste em: Administração Central de Florianópolis, Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul, 19 departamentos regionais, 63 postos de fiscalização de trânsito, dois laboratórios e um posto de classificação vegetal em todo o estado de Santa Catarina.

Terminal  
Graneleiro

2 laboratórios

19 departamentos  
regionais

Administração  
Central

63 postos de  
fiscalização

1 posto de  
classificação  
vegetal



Desde sua fundação, a CIDASC tem como objetivo garantir a excelência sanitária dos rebanhos e lavouras do Estado. As atividades desenvolvidas pela CIDASC seguem os seus objetivos principais consignados no Estatuto da Companhia (Decreto nº 87/2015), sob delegação, coordenação e orientação da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, como seguem:

- Executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal por meio do registro de estabelecimentos e de seus produtos, além da fiscalização do ato de inspeção, executado por profissionais de medicina veterinária;
- Promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;
- Promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal e de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;
- Prestar serviços laboratoriais para análise de produtos de origem animal e outras análises laboratoriais relacionadas com a produção animal e comercialização de animais, seus subprodutos, insumos e resíduos;
- incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária;
- Estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios, bem como fiscalizar sua execução; e
- Desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Granelero de São Francisco do Sul.

O planejamento estratégico da empresa está sustentado nos seguintes pilares:

### Visão

Ser reconhecida como referência e excelência em sanidade agropecuária.



### Missão

Executar ações de sanidade animal e vegetal, preservar a saúde pública, promover o agronegócio e o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina.



### Valores

- Excelência
- Legalidade
- Transparência
- Credibilidade

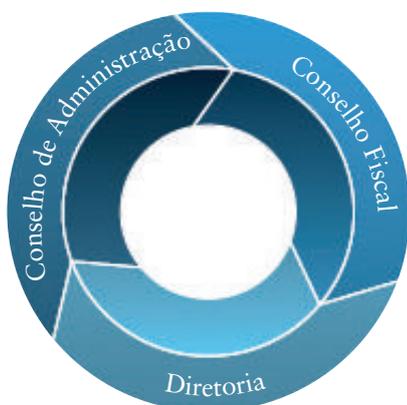


O serviço da CIDASC é destaque internacional e contribuiu diretamente para que Santa Catarina mantenha dois certificados internacionais, concedidos pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE, como: Área Livre de Febre Aftosa sem vacinação e, junto com o Rio Grande do Sul, de Zona Livre de Peste Suína Clássica – PSC. O reconhecimento possibilitou a abertura de mercados externos e fortaleceu o agronegócio do Estado.



## Práticas de Governança Corporativa

A CIDASC é regida, fiscalizada e administrada pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria.



O Conselho de Administração é composto por cinco membros, sendo quatro indicados pelo Secretário de Estado da Agricultura e Pesca e um eleito dentre os empregados efetivos da CIDASC.

Cabe ao Conselho de Administração tomar decisões que protejam e valorizem a CIDASC, dando o direcionamento estratégico necessário para que possamos desenvolver nossas atividades de acordo com o estabelecido no Estatuto Social. Aprovar políticas e diretrizes que norteiam a CIDASC é sua principal atribuição.

O Conselho Fiscal da CIDASC, composto por três membros e seus suplentes, tem suas responsabilidades previstas na Lei de Sociedade por Ações.

A Diretoria da CIDASC atualmente conta com o Presidente e quatro pastas, que no fim do exercício eram exercidas exclusivamente por funcionários de carreira da empresa.

Com diversos canais de comunicação, buscamos evidenciar

as atividades realizadas pela CIDASC para que a sociedade em geral possa acompanhar o desempenho da empresa. Além disso, participamos do Portal da Transparência do Estado de Santa Catarina, que divulga todas as informações financeiras, ampliando o controle social.

A partir de 2016, passamos a divulgar no site da CIDASC as demonstrações contábeis em atendimento à Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Ainda, a CIDASC possui um canal de ouvidoria para acolher opiniões, críticas, denúncias e reclamações de interessados. Em 2016, foram 149 ocorrências, todas respondidas.

## Destaques 2016

Em 2016, a CIDASC completou 37 anos e comemora as conquistas do agronegócio catarinense. Em quase quatro décadas de história, é uma das responsáveis pela excelência sanitária do rebanho catarinense, reconhecida internacionalmente.



## Defesa Animal

Por meio do Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal, a CIDASC garantiu a manutenção do reconhecimento internacional de Santa Catarina como Zona Livre de Febre Aftosa sem vacinação e Zona Livre de Peste Suína Clássica, possibilitando que os produtos catarinenses de origem animal alcançassem os mercados mais exigentes do mundo em termos de sanidade animal, como, por exemplo, a recente abertura do mercado para a Coreia do Sul.

Houve ainda o incremento do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense – SIGEN+, sistema

informatizado utilizado para solicitação da e-GTA, que permitiu um aumento do número de produtores com acesso ao sistema e a ampliação das permissões para os produtores solicitarem a Guia de Trânsito Animal - GTA a qualquer hora e dia da semana, sem a necessidade de deslocarem-se ao escritório da CIDASC.

A CIDASC possui dois laboratórios de diagnóstico na área animal, localizados em Chapecó e em Joinville, os quais receberam acreditação do INMETRO no ano de 2016. Os dois já somam mais de 10 mil análises.



## Defesa Vegetal

O Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal inscreveu novas unidades de produção e de consolidação no sistema de certificação fitossanitária. Por meio do programa, produtores de maçã, banana, pinus, frutas e mudas cítricas, entre outros, conseguiram acessar mercados em todo o Brasil e também exportar a produção catarinense, comercializando mais de 1,5 milhão de

toneladas de produtos com aproximadamente 86 mil Permissões de Trânsito Vegetal - PTV emitidas pela CIDASC. A manutenção do Programa de Certificação Fitossanitária já demandou, em 2016, 1.640 fiscalizações auditadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA nas propriedades rurais e unidades de embalagem e/ou beneficiamento inscritas.



## Classificação de Produtos de Origem Vegetal

No ano de 2016, a CIDASC classificou mais de 600 mil toneladas de produtos e subprodutos de origem vegetal. Capacitou beneficiários por meio de treinamentos e implantou o Selo de Conformidade CIDASC em 22 empresas distribuídas por todo o Estado, com o objetivo de atingir principalmente os

empreendimentos rurais familiares. O Selo presta suporte aos setores da agroindústria que se dedicam à produção, processamento e/ou comercialização de produtos vegetais, visando à oferta de alimentos mais seguros aos consumidores e fortalecendo as marcas catarinenses.



## Inspeção de Produtos de Origem Animal

O modelo diferenciado de inspeção de produtos de origem animal continuou em destaque no ano de 2016. São aproximadamente 465 profissionais, vinculados a dez empresas credenciadas, habilitados a prestar o serviço em todo o Estado, com 35 médicos veterinários da CIDASC atuando na fiscalização da inspeção. Ao longo do ano, as ações do serviço de inspeção apresentaram números significativos, como as 1.113 empresas registradas no Serviço de Inspeção Estadual – S.I.E., os 23 estabelecimentos cadastrados no Sistema Brasileiro de Inspeção – SISBI/POA, as mais de 200 ações de combate à clandestinidade e mais de 500 ações

de combate a fraudes junto a outras entidades de controle, somando mais de mil análises por meio dos sistemas de controle de qualidade dos processos de fabricação e produtos fabricados.

Por meio das fiscalizações, foram retiradas aproximadamente 120 toneladas de alimentos impróprios ao consumo humano. A CIDASC em ações junto ao Ministério Público de Santa Catarina – MPSC oportunizou a legalização das atividades de inspeção dos produtos de origem animal no mercado público. Foram realizadas aproximadamente 2 mil fiscalizações em todo o Estado verificadas por meio de mais de 100 auditorias.



## Armazenagem

O Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul também apresentou um ótimo primeiro semestre em 2016, com o recebimento, armazenagem e embarque de cerca de 748 mil toneladas de grãos, ficando

em torno de 20% acima do primeiro semestre de 2015. Em 2016, contou com investimentos em infraestrutura utilizados nas operações de embarque de navios.



## CIDASC em números

### Defesa Vegetal

**2 887** fiscalizações de unidades de produção, consolidação, comércio e trânsito;

**46 588** permissões de trânsito de vegetais emitidas.

### Classificação Vegetal

**1 milhão** de toneladas de produtos de origem vegetal classificadas;

**21** indústrias familiares em processo de implantação do Selo de Conformidade CIDASC e uma já certificada;

**477** produtores rurais beneficiados com treinamentos de boas práticas agrícolas e classificação de produtos de origem vegetal.

### Fiscalização de Insumos Agrícolas

**2 452** fiscalizações de comércio de agrotóxicos, sementes e mudas;

**314** coletas de amostras de orgânicos no campo e comércio.

### Defesa Animal

**14 662** fiscalizações em propriedades rurais, casas agropecuárias, eventos e trânsito;

**573 600** veículos fiscalizados;

**161** propriedades rurais certificadas ou em processo de certificação como livres de Brucelose e Tuberculose.

### Divisão de Apoio Laboratorial

**1 106** análises laboratoriais de Anemia Infecciosa Equina;

**14 481** análises de amostras laboratoriais de Brucelose.

### Inspeção Animal

**1 920** fiscalizações em estabelecimentos sob inspeção;

**149** empreendimentos agroindustriais familiares legalizados junto ao SIE;

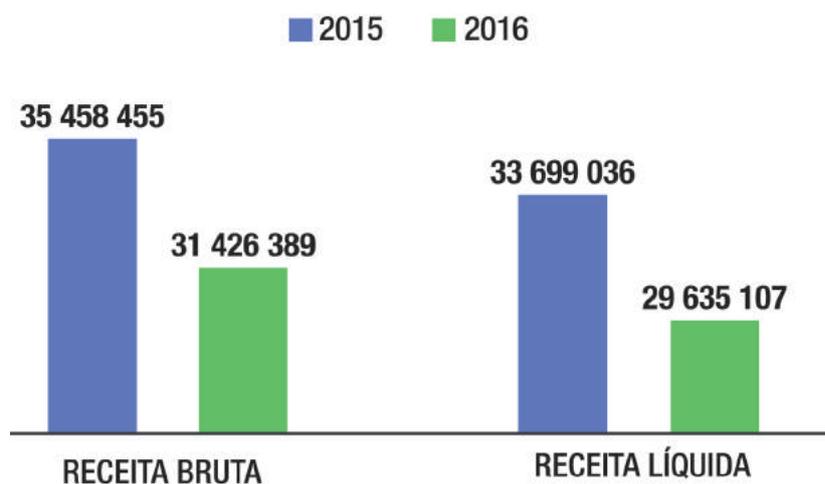
**330** estabelecimentos monitorados contra fraude e adulteração.

### Terminal Graneleiro

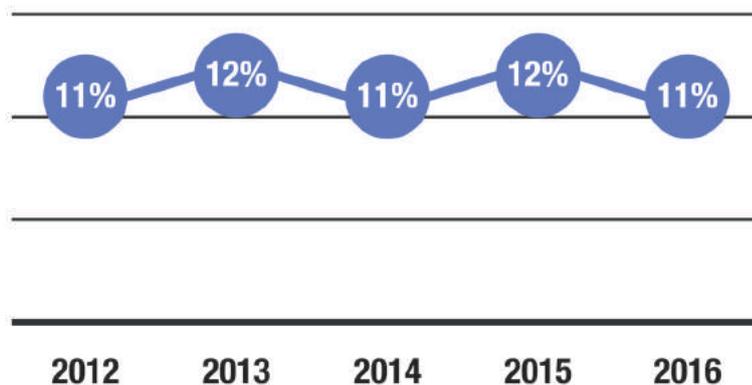
**5,08 milhões** de toneladas de granéis movimentados.

# Indicadores Econômicos

## Faturamento Bruto

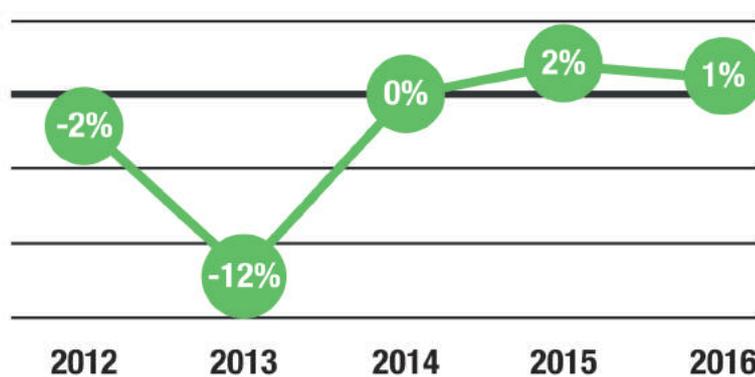


## Margem Bruta



## Margem Líquida

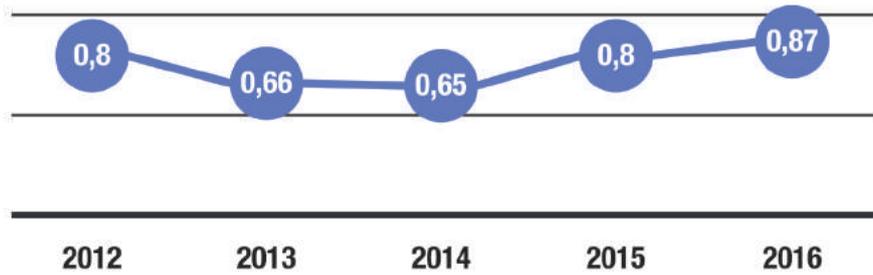
Percentual do lucro líquido obtido em relação ao faturamento.





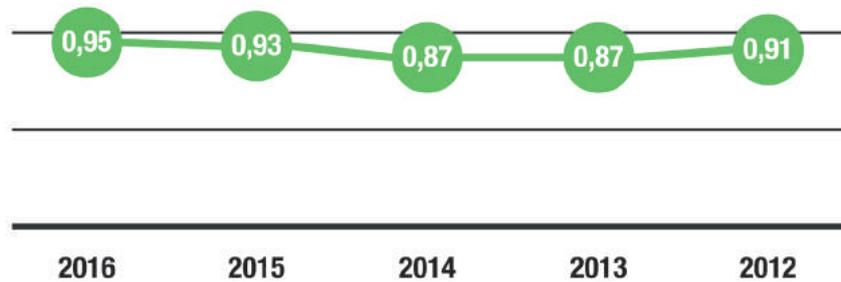
## Liquidez Corrente

Avalia a capacidade da empresa em pagar suas dívidas de curto prazo.



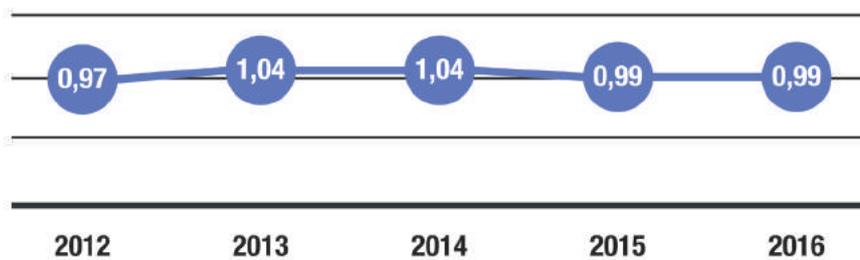
## Liquidez Geral

Indica a liquidez econômica no longo prazo.



## Endividamento Geral

Mede a proporção dos ativos gerais financiada por seus credores.



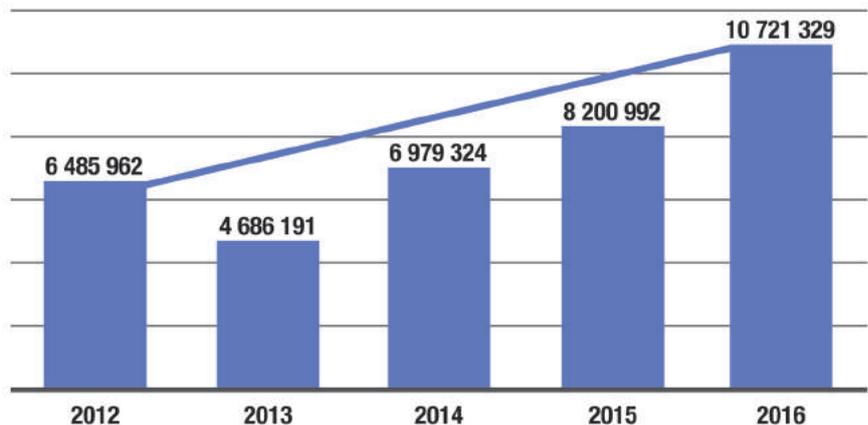
## Investimentos

Os investimentos (despesas de capital) efetuados pela CIDASC em 2016 totalizaram mais de R\$ 10.721.329 segregados por fonte de recursos da seguinte forma: mais de 4,9 milhões de reais em convênios; mais de 5 milhões de reais em recursos próprios; e mais de 250 mil reais em alienação de bens.

Do total de recursos, em torno de 49% (mais de 5 milhões de reais) foram utilizados em investimentos no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul devido ao alfandegamento solicitado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. O restante do recurso foi investido na Defesa Agropecuária.

A execução do Convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento firmado em 2013 continuou em 2016

Evolução de investimentos



por meio do SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. O objetivo do SUASA é garantir a saúde dos animais e a sanidade dos vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços e a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos finais destinados ao consumo. Foram adquiridos 41 novos veículos por meio de recursos do convênio SUASA/MAPA que foram entregues aos municípios que apresentavam demandas emergenciais. Esses automóveis auxiliam no desenvolvimento das ações de defesa sanitária animal e vegetal realizadas pelos departamentos regionais da CIDASC. Para 2017 está prevista a entrega de um segundo lote aos municípios, contando com mais 41 novos veículos.

## Gestão de Pessoas

No ano de 2016 tivemos a implantação do Plano de Carreira, Cargos e Salários – PCCS e o Plano Gerencial da CIDASC alinhados aos seguintes objetivos:

- Estruturar Carreiras, Cargos e Salários na CIDASC;
- Estabelecer carreira considerando os diversos fatores capazes de justificar o maior ou menor nível de remuneração salarial, bem como as perspectivas de progresso;
- Tornar transparente aos empregados as atividades inerentes aos cargos e às funções, promovendo o desenvolvimento de competências;
- Estabelecer política de remuneração adequada à realidade financeira da CIDASC, levando em conta o mercado em que atua e a carreira vigente de cada empregado;
- Reconhecer, recompensar, valorizar e dar segurança aos empregados, por meio de critérios que proporcionem igualdade de oportunidades profissionais, garantindo a qualidade dos serviços prestados e os resultados à sociedade;
- Orientar o planejamento e a execução de sistemas de gestão, acompanhamento e avaliação dos empregados;
- Estruturar as funções e gratificações inerentes a cada uma das funções gerenciais da empresa;
- Tornar transparente ao gestor as atribuições e responsabilidades a ele inerentes;
- Promover o desenvolvimento gerencial;
- Orientar o planejamento e a execução de sistemas de gestão, acompanhamento e avaliação do gestor.



O PCCS e o Plano Gerencial da CIDASC previram ainda os Programas de Avaliação de Desempenho, a Avaliação da Maturidade Profissional dos Empregados e Gestores e a Avaliação de Resultados.

Em 2016 também foram implementadas as Normas de Capacitação da CIDASC, com base nos termos previstos no Plano de Carreira, Cargos e Salários – PCCS e em cumprimento à Resolução CPF nº 23/2015.

As normas de capacitação orientam as ações para

o desenvolvimento profissional dos empregados. São consideradas ações de capacitação aquelas que contemplem tanto a aquisição de novas habilidades e conhecimentos, quanto o desenvolvimento de características comportamentais que contribuam na preparação do empregado para melhorar a qualidade na prestação de serviços à sociedade e no aprimoramento de suas atividades. Podendo, também, gerar progressões de carreira conforme regramento geral do PCCS, Plano Gerencial e seus anexos.

### Progressão Vertical na Carreira

Grupo	Nº funcionários beneficiados
Operacional	7
Técnico	3
Especialista	14
Mestre	2

Foram investidos R\$ 159.149 em inscrições em palestras e cursos para os funcionários para estimular o desenvolvimento profissional.

O desenvolvimento das competências do profissional da CIDASC, guiado pelas normas implementadas, vai ao encontro das novas políticas de eficiência operacional em implantação pelo Governo do Estado, adequando a administração dos recursos humanos à gestão por resultados.

No Escritório Central, onde está concentrado o maior número de colaboradores, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA implantou a Ginástica Laboral e foi verificada uma melhoria

significativa na qualidade de vida e flexibilidade corporal por meio do teste com Banco de Wells.

A CIDASC passou, em 2016, por um momento de transição no seu quadro de pessoal decorrente das demissões incentivadas por meio do Programa de Demissão Incentivada implantado em 2009. Um total de 573 funcionários aderiram ao Programa e hoje a CIDASC está reestruturando-se para atender a população catarinense e continuar o seu trabalho de excelência em defesa animal e vegetal.

A Companhia conta hoje com 975 colaboradores distribuídos da seguinte forma:

### Quantificação do quadro de pessoal, segundo o cargo

Cargos	Quantidade	%
Auxiliar Agropecuário	388	39,79%
Médico Veterinário	196	20,10%
Assistente Administrativo	91	9,31%
Operador	59	6,05%
Engenheiro Agrônomo	45	4,62%
Agente Oper. Serviços Diversos	34	3,49%
Classificador	32	3,28%
Técnico Agrícola	29	2,97%
Outros	101	10,36%
Total	975	100%

### Quantificação do quadro de pessoal, segundo o gênero

Gênero	Quantidade	%
Masculino	664	68,10%
Feminino	311	31,90%

### Quantificação do quadro de pessoal, segundo a escolaridade

Escolaridade	Quantidade	%
Analfabeto	0	0%
Alfabetizado	0	0%
Fundamental Incompleto	22	2,26%
Fundamental completo	158	16,21%
Médio Completo	358	36,72%
Superior Completo	437	44,82%

### Quantificação do quadro de pessoal, segundo a idade

Idade	Quantidade	%
Até 24 anos	2	0,21%
De 25 a 34 anos	213	21,85%
De 35 a 44 anos	369	37,85%
De 45 a 54 anos	276	28,31%
Mais de 55 anos	115	11,79%

### Quantificação do quadro de pessoal, segundo o tempo de serviço

Tempo de serviço	Quantidade	%
Até 5 anos	160	16,41%
De 6 a 10 anos	586	60,10%
De 11 a 15 anos	49	5,03%
De 16 a 20 anos	0	0%
De 21 a 25 anos	21	2,15%
Mais de 25 anos	159	16,31%

## Gestão Social



Um dos meios que a CIDASC utiliza para a manutenção do status sanitário diferenciado é o Projeto Sanitarista Junior. O projeto tem por objetivo geral promover a mudança de atitudes e comportamentos frente aos problemas sanitários desde a escola, melhorando direta e indiretamente a saúde das pessoas, dos animais, das plantas e do meio ambiente. Com isso, tem a finalidade de possibilitar um exercício pleno da cidadania e a melhoria na qualidade de vida, além de estabelecer parcerias com entidades e órgãos públicos no intuito de ampliar os trabalhos e projetos desenvolvidos na educação sanitária.



Hoje, o projeto atende 67 escolas distribuídas em 36 municípios catarinenses, contempla mais de 3250 crianças e é uma das ações de Educação Sanitária desenvolvidas pela CIDASC.

O Projeto prevê a introdução transversal do tema da Defesa Agropecuária no Projeto



Político Pedagógico das escolas parceiras e tem como público-alvo as crianças a partir de 9 anos de idade que cursam o quarto ano do Ensino Fundamental.

Ainda a respeito da integração entre a Cidasc e as instituições educativas, em 2016 a Companhia realizou a contratação de 28 menores aprendizes, oportunizando sua formação profissional e educação continuada.

Por acreditar na importância do papel da empresa como espaço de discussão de valores e princípios ligados à cidadania e à solidariedade humana, a CIDASC participa do Projeto Empresa Solidária do Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina – HEMOSC, mantendo um cadastro de colaboradores que realizam doações, e, por meio de palestras, busca conscientizar seus colaboradores acerca da importância da doação de sangue.

Em outubro, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA do Escritório Central promoveu um evento para levantar as discussões pertinentes ao Outubro Rosa e ao combate ao câncer de mama. O evento foi organizado de forma a incentivar as trocas de saberes entre as participantes e abrir espaços para conversas, questionamentos e curiosidades acerca do tema por meio da exibição de vídeos. O debate estabeleceu-se com relatos e manifestações sobre os exames para diagnóstico e cuidados em relação à saúde das mulheres. No Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul, os colaboradores reuniram-se, em parceria com a Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Francisco do Sul, para demonstrar todo o apoio à campanha de conscientização.

## Perspectivas futuras

Com o crescimento da agropecuária brasileira, a importância de defender o setor de ameaças sanitárias e de preservar a segurança do alimento tornaram-se prioridades do país. Dessa forma, a CIDASC especializou-se na área de defesa, sendo cada vez mais eficiente na tarefa de buscar manter-se como referência e excelência em sanidade agropecuária, como preconiza a visão da empresa.

O agronegócio é de fundamental importância para o Brasil e para Santa Catarina. O crescimento do setor e a abertura de novos mercados consumidores externos evoluem de forma contínua, revelando a importância crescente da proteção à atividade.

O que se percebe é que as atividades agropecuárias do Estado crescem bem acima da média do crescimento geral do país, revelando que o setor é e continuará sendo um propulsor da economia do Estado, gerando cada vez mais emprego e renda, atraindo investimento na agroindústria e colaborando para a manutenção do Estado entre os principais exportadores de produtos do *agrobusiness* do país. Essa evolução do setor é, em grande parte, advinda do status sanitário diferenciado que Santa Catarina possui, dado que as exigências sanitárias e fitossanitárias dos países importadores estão cada vez mais rígidas. A abertura de novos mercados consumidores de produtos de origem animal e vegetal catarinenses é uma realidade que tende a perdurar e só é possível pela confiança na sanidade animal e vegetal do Estado. Nesse sentido, a defesa agropecuária realizada pela CIDASC configura-se como uma proteção ao desenvolvimento e ao crescimento do setor, viabilizando o comércio com os mais exigentes mercados consumidores e suprindo as exigências sanitárias internacionalmente requisitadas. A manutenção desse status sanitário diferenciado de Santa Catarina só será possível com muito esforço e dedicação dos profissionais da CIDASC e investimento por parte do governo. Temos a certeza de que o futuro nos reserva muito trabalho duro, mas também muitas e grandiosas realizações, tornando a CIDASC um exemplo a ser seguido pelos demais estados brasileiros.

Enori Barbieri  
Presidente



# Demonstrações Financeiras







PASSIVO	Notas	2016	2015
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	19a	93.727	486.994
Obrigações tributárias e sociais	19b	3.432.418	3.880.512
Obrigações trabalhistas e provisões	19c	21.282.182	23.110.717
Programa de demissão incentivada	19 d	40.305.805	31.896.645
Credores por convênios	19e	12.956.010	9.571.712
Mercadorias de terceiros em nosso poder	19f	91.135.834	24.707.166
Outras obrigações	19g	1.605.776	813.080
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>170.811.752</b>	<b>94.466.826</b>
<b>Não Circulante</b>			
Programa de demissão incentivada	20a	342.851.587	229.731.685
Plano de demissão voluntária incentivada	20b	-	1.554.267
Provisão de contingências	20c	9.455.207	8.633.947
Obrigações tributárias	20d	2.137.215	2.539.938
Recursos de convênios a realizar	20e	3.659.192	3.470.973
Outras obrigações de longo prazo	20f	229.493	247.096
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>358.332.695</b>	<b>246.177.906</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social realizado	21a	37.408.424	37.408.424
Reserva de capital	21b	25.134.178	25.134.178
Reserva de reavaliação	21b	5.132.494	5.195.627
Resultados acumulados	21c	(64.030.919)	(66.404.443)
Resultado líquido do exercício	21c	1.678.654	3.237.700
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>5.322.830</b>	<b>4.571.485</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>534.467.277</b>	<b>345.216.217</b>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

Enori Barbieri  
Presidente

Paola Colombi  
Contadora CRC/SC 036436/O-0



## Demonstração do Resultado de Exercício

Exercício findo em 31/12/2016  
(em reais)

	Notas	2016	2015
<b>Receita Operacional Líquida</b>	22	<b>29.635.107</b>	<b>31.426.389</b>
<b>Custo das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados</b>	23	<b>(7.663.802)</b>	<b>(8.345.244)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>21.971.305</b>	<b>23.081.145</b>
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>(196.213.393)</b>	<b>(175.716.144)</b>
Despesas gerais e administrativas	24	(196.213.393)	(175.716.144)
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		<b>175.704.918</b>	<b>156.519.692</b>
Outras receitas operacionais	26a	10.774.936	8.007.632
Repasses de subvenção	26b	164.929.983	148.512.061
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b>1.462.831</b>	<b>3.884.694</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>742.766</b>	<b>271.861</b>
Receitas financeiras	27a	839.237	335.847
Despesas financeiras	27b	(96.471)	(63.986)
<b>Outras Receitas e Despesas</b>	28	<b>(60.514)</b>	<b>209.865</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL</b>		<b>2.266.111</b>	<b>4.366.420</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	29	(587.457)	(1.128.721)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.678.654</b>	<b>3.237.700</b>
Número de ações		37.416.480	37.416.480
Lucro por ação (em reais)		0,04	0,09

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

Enori Barbieri  
Presidente

Paola Colombi  
Contadora CRC/SC 036436/O-0



## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2016  
(em reais)

Eventos	Capital Social Realizado	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Resultados Acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	37.408.424	25.134.178	5.195.627	(81.872.177)	<b>(14.133.949)</b>
Ajustes de exercícios anteriores	0	0	0	15.467.735	15.467.735
Lucro Líquido do exercício	0	0	0	3.237.700	3.237.700
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	37.408.424	25.134.178	5.195.627	(63.166.743)	<b>4.571.485</b>
Reavaliação de imobilizado	0	0	(63.133)	0	(63.133)
Ajustes de exercícios anteriores	0	0	0	(864.176)	(864.176)
Lucro Líquido do exercício	0	0	0	1.678.654	1.678.654
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	37.408.424	25.134.178	5.132.494	(62.352.265)	<b>5.322.830</b>

Enori Barbieri  
Presidente

Paola Colombi  
Contadora CRC/SC 036436/O-0



## Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Em 31 de dezembro de 2016  
(em reais)

	2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	<b>1.678.654</b>	<b>3.237.700</b>
Ajuste por:	<b>5.369.349</b>	<b>22.641.162</b>
Depreciação	6.233.525	7.173.427
Ajustes exercícios anteriores	(864.176)	15.467.735
Variação nas contas de ativo e passivo	<b>5.876.337</b>	<b>(21.039.039)</b>
Aumento ou redução de clientes	2.811.909	(5.415.141)
Aumento de outros créditos	(7.132.130)	(4.497.217)
Aumento ou redução de estoques	(66.232.428)	(12.975.986)
Aumento ou redução de despesas do exercício seguinte	(142.115)	192.244
Aumento de realizável a longo prazo	(112.018.613)	(5.731.610)
Redução de obrigações a pagar circulante	76.344.926	10.492.175
Redução ou aumento de passivo não circulante	112.154.789	(3.103.503)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>12.834.340</b>	<b>4.839.823</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Variação Imobilizado	(10.354.570)	(6.525.453)
Variação Intangível	(499.052)	269.506
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<b>(10.853.622)</b>	<b>(6.255.947)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>Caixa líquido pelas atividades de financiamento</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.980.719</b>	<b>(1.416.124)</b>
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.980.719</b>	<b>(1.416.124)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	6.058.529	7.474.654
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	8.039.248	6.058.529



# Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras do período findo em 31 dezembro de 2016

## NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC** é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 1588 – Bairro Itacorubi – em Florianópolis/SC, Brasil, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, constituída conforme a Lei nº 5.089, de 30 de abril de 1975, e alterações posteriores, e de acordo com a Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, alterada pela Lei Complementar nº 534, de 20 de abril de 2011.

A Companhia tem por objetivo executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal; promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal; promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal e de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal; prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária; estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios, bem como fiscalizar sua execução; e desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul.

## NOTA 02 – BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

A emissão das Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria em 03 de março de 2017.

## NOTA 03 – MOEDA FUNCIONAL

As demonstrações financeiras estão apresentadas com valores expressos em reais, que é a moeda funcional da empresa.

## NOTA 04 – USO DE ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas que afetam os



valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem divergir dessas estimativas. As avaliações levaram em conta experiências de eventos passados, pressupostos relativos a eventos futuros, dentre outros fatores. Os itens sujeitos a essas estimativas são:

- a. Análise do risco de perdas de crédito de liquidação duvidosa;
- b. Provisões para contingências.

Em 2016, alteramos a periodicidade do reconhecimento de perdas de crédito de liquidação duvidosa para semestral, já que anteriormente era reconhecida anualmente.

## NOTA 05 – BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

## NOTA 06 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### A) Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e se encontram centralizadas em instituição financeira autorizada pelo estado, conforme Decreto nº 2.762/04.

### B) Clientes

Os valores são registrados pelos valores de notas fiscais de venda. A provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa contempla créditos vencidos há mais de 180 dias, para os quais não existem garantias reais, renegociações e previsão para recebimento dos mesmos.

### C) Programa de Demissão Incentivada - PDI

Valores provisionados com base no valor do abono do funcionário que aderiu ao Programa de Demissão Incentivada. Os abonos serão pagos aos ex-funcionários no prazo de 156 meses. Os valores são contabilizados no momento do desligamento do funcionário, sofrem reajustes monetários anualmente e estão classificados no circulante e não circulante.

### D) Plano de Demissão Voluntária e Incentivada - PDVI

Abrange valores provisionados de acordo com o incentivo calculado para o funcionário inscrito no plano. São contabilizados no momento da demissão e são reajustados anualmente. Com prazo máximo de três anos, este plano, que iniciou em 2014, tem previsão de encerrar no exercício seguinte.

### E) Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo de aquisição, líquidos de impostos recuperáveis e são inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. A empresa não realizou o teste de recuperabilidade dos seus ativos.

### F) Estoques de mercadorias de terceiros

São avaliados pelo valor justo da mercadoria que transita pelo Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul e registrados de acordo com nota fiscal de entrada de mercadorias recebidas para depósito ou armazém geral.

### G) Investimentos

A empresa possui terrenos que são classificados como propriedade para investimento e estão contabilizados pelo custo histórico.



## H) Imobilizado

Estão demonstrados a custo de aquisição e corrigidos monetariamente até 31/12/1995, como estabeleceu a Lei nº 9.249/95, deduzidas conforme o caso, a depreciação ou a amortização. A empresa não realizou o teste de recuperabilidade dos seus ativos.

Ganhos e perdas na alienação são determinados pela comparação entre o valor da alienação e o valor contábil e são registrados no resultado do exercício.

As depreciações são calculadas pelo método linear com base nas taxas determinadas pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 162 de 2008, exceto os bens imóveis que foram avaliados pelo valor de mercado e foram depreciados conforme laudo de reavaliação de 31 de dezembro de 1999. Os terrenos não são depreciados.

## I) Intangível

A CIDASC possui classificados como intangíveis os seguintes bens incorpóreos com vida útil definida: direitos de uso de software e direitos de uso de telefone, que são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos de valores amortizáveis, calculados pelo método linear. Não foi realizado *impairment test* nos ativos intangíveis.

## J) Obrigações trabalhistas e provisões

As obrigações trabalhistas são reconhecidas pelo valor nominal e apropriadas pelo regime de competência.

As provisões trabalhistas são reconhecidas pois a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor estimado com segurança. As provisões são quantificadas pelo valor presente do desembolso

que se espera para liquidar a obrigação. São reconhecidas mensalmente, conforme período aquisitivo.

## K) Provisão de contingências

A provisão de contingentes trabalhistas e cíveis foi constituída com base nos riscos de perdas em processos nos quais a Companhia está envolvida, cuja probabilidade de perda é provável ou praticamente certa na opinião dos nossos assessores legais.

## L) Credores por convênios

As receitas provenientes de subvenções são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas no convênio. São reconhecidas no resultado e confrontadas com as despesas que pretende compensar. A contrapartida da subvenção é reconhecida no passivo, enquanto não são atendidos os requisitos para o reconhecimento.

## M) Recursos de convênios a realizar

Quando se trata de ativo imobilizado ou intangível, as receitas são reconhecidas ao longo da vida útil do bem, conforme sua depreciação. É apresentado no balanço patrimonial como receita diferida no passivo.

## N) Subvenções

São reconhecidas no momento em que são recebidas, conforme estabelece a NBC TG 01 (R1).

## O) Receitas

As receitas de vendas são reconhecidas no momento da transferência para o comprador



dos riscos e benefícios e quando é provável que benefícios econômicos fluirão para a CIDASC.

As receitas de prestação de serviço são reconhecidas na efetiva realização do serviço e quando for provável a existência de benefícios econômicos associados à transação.

Em ambos os casos, a receita é reconhecida no momento da emissão de documento fiscal.

#### P) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas mensalmente, pelo regime de competência.

#### Q) Tributos sobre o lucro

A empresa é tributada pelo Lucro Real e provisiona valores para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro quando da existência de base positiva. A base de cálculo é o lucro ajustado pelas adições e exclusões legais e sobre esta base aplica a alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% no cálculo do imposto de renda e 9% de contribuição social.

### NOTA 07 – CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Bancos – Conta corrente	64.669	10.822
Bancos – Conta poupança	1.515.311	0
Aplicações Financeiras (a)	3.600.211	2.179.535
Conta Única (b)	2.859.057	3.868.172
<b>TOTAL</b>	<b>8.039.248</b>	<b>6.058.529</b>

- As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos de curto prazo, administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM.
- Conta que faz parte do Sistema Financeiro de Conta Única no âmbito do Poder Executivo Estadual de Santa Catarina que abrange todas as fontes de recursos da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações, dos Fundos Especiais e das Empresas Estatais Dependentes, desde que seja destinada dotação à conta do Orçamento Geral do Estado às referidas entidades.



## NOTA 08 – CLIENTES

### A) Composição do saldo

Os créditos a receber oriundos da conta clientes são, principalmente, de recursos a receber pela venda de mercadoria e prestação de serviços a clientes, deduzidos de eventuais perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A rubrica Débitos em Cobrança Jurídica abrange créditos a receber que estão sendo cobrados judicialmente.

	2016	2015
Duplicatas a Receber	4.100.764	7.035.145
Débitos em Cobrança Jurídica	59.085	86.764
Cheque Clientes em Cobrança	2.059	2.088
Outras Duplicatas a Receber	158.169	158.169
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(866.336)	(1.016.516)
<b>TOTAL</b>	<b>3.453.741</b>	<b>6.265.650</b>

### B) Vencimento das duplicatas

As duplicatas em aberto em 31/12/2016 tem vencimento em sua maioria num período superior a 6 meses.

	2016	2015
A vencer	291	0
Vencidas em até 30 dias	427.601	515.587
Vencidas acima de 30 dias	899.521	5.484.257
Vencidas há mais de 6 meses	2.992.664	1.282.322
<b>TOTAL</b>	<b>4.320.077</b>	<b>7.282.166</b>



## NOTA 09 – TRIBUTOS A RECUPERAR

O saldo é composto por direitos da empresa junto a união, estado e municípios. Os créditos relativos a tributos a recuperar são oriundos de valores retidos na fonte, sobre os rendimentos auferidos de aplicações financeiras e sobre as notas fiscais emitidas, de acordo com a legislação vigente, e de valores pagos a maior a compensar. A empresa vem solicitando recuperação desses tributos. Já foram deferidos os pedidos de PER/DCOMP de 2011 e 2012 e os valores recuperados foram compensados no parcelamento junto à Receita Federal do Brasil.

	2016	2015
Imposto de Renda	670.723	679.475
Contribuição Social	256.367	258.050
PIS/ PASEP	47.439	58.715
COFINS	216.984	268.945
ISS	54.956	68.835
INSS	122.078	122.078
Outros	116.128	116.128
(-) Provisão Ajuste Valor realizável	(867.163)	(867.163)
<b>TOTAL</b>	<b>617.513</b>	<b>705.063</b>

## NOTA 10 – PROGRAMA DE DEMISSÃO INCENTIVADA

O Programa de Demissão Incentivada - PDI, aprovado em 12/09/2008, busca a otimização dos recursos financeiros dispendidos com a folha de pagamento de pessoal, mediante redução e renovação de seu quadro funcional.

As rescisões contratuais, resultante do PDI, iniciaram em fevereiro de 2009 e a vigência do programa é de 13 anos, logo os valores estão segregados no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante.

Até 31 de dezembro de 2016 foram demitidos pelo programa 575 empregados.

	2016	2015
Circulante	40.305.805	31.896.645
Não circulante	342.851.587	229.731.685
<b>TOTAL</b>	<b>383.157.392</b>	<b>261.628.330</b>



## NOTA 11 – PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA INCENTIVADA

O Plano de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI, aprovado pelo Decreto nº 1.341 de 22 de janeiro de 2013, tem como objetivo a reestruturação administrativa, por meio de demissões incentivadas.

O Plano tem vigência de até três anos e os desligamentos iniciaram em fevereiro de 2014. Abaixo estão registrados direitos de créditos a receber do Governo do Estado de Santa Catarina até o final do exercício seguinte.

Até 31 de dezembro de 2016, desligaram-se da empresa 45 empregados.

	2016	2015
Circulante	1.871.685	3.144.100
Não circulante	0	1.604.267
<b>TOTAL</b>	<b>1.871.685</b>	<b>4.748.367</b>

## NOTA 12 – OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Referem-se, principalmente, a adiantamentos comerciais de fornecedores, adiantamentos de viagens a colaboradores, caução a receber da Superintendência Federal de Agricultura decorrente do Contrato nº 10/2012, bem como outros créditos.

	2016	2015
Multas de Veículos	0	545
Adiantamentos de Salários	28.646	31.402
Adiantamentos de 13º Salário	255.161	247.186
Adiantamentos Comerciais	89.464	9.702
Adiantamentos de Viagens	2.967	10.855
Crédito a Receber Diversos	42.617	36.230
<b>TOTAL</b>	<b>418.855</b>	<b>335.920</b>



## NOTA 13 – ESTOQUES

Os estoques estão demonstrados a custo médio de aquisição, líquidos de impostos recuperáveis.

	2016	2015
Mercadorias para Revenda	9.879	9.846
Mercadoria em Trânsito	15.958	32.175
Almoxarifado	2.146.813	2.326.869
<b>TOTAL</b>	<b>2.172.650</b>	<b>2.368.890</b>

Os estoques de terceiros em poder da Companhia estão demonstrados pelo custo de aquisição.

	2016	2015
Mercadorias de terceiros em nosso poder	91.135.834	24.707.166
<b>TOTAL</b>	<b>91.135.834</b>	<b>24.707.166</b>

## NOTA 14 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

O saldo da conta “Despesas Pagas Antecipadamente”, de R\$ 429.189, refere-se exclusivamente ao pagamento antecipado de despesas com seguros, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em momento futuro.

	2016	2015
Seguros	429.189	287.074
<b>TOTAL</b>	<b>429.189</b>	<b>287.074</b>



## NOTA 15 – ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O Realizável a Longo Prazo no valor de R\$ 351.640.531,84 refere-se a créditos a receber do Estado, decorrentes do Programa de Demissão Incentivada - PDI, somados a depósitos recursais e bloqueios judiciais efetuados pela empresa, conforme demonstrado:

### A) Depósitos judiciais

	2016	2015
Depósitos Recursais	3.050.982	3.247.953
Bloqueios Judiciais	5.694.518	4.994.570
Depósito Judicial de Terceiros	43.444	43.444
<b>TOTAL</b>	<b>8.788.944</b>	<b>8.285.967</b>

### B) Programa de Demissão Incentivada/ Plano de Demissão Voluntária Incentivada

	2016	2015
Programa de Demissão Incentivada	342.851.587	229.731.685
Plano de Demissão Voluntária Incentivada	0	1.604.267
<b>TOTAL</b>	<b>342.851.587</b>	<b>231.335.952</b>

## NOTA 16 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os investimentos permaneceram com o mesmo saldo do ano anterior. Os imóveis classificados como propriedades para investimento são mantidos para valorização e não atendem aos critérios de imobilizado, conforme descrito na NBC TG 27(R) – Imobilizado. Para reconhecimento, foi utilizado método de custo. Como se tratam de terrenos, não há depreciação para esses bens.

	2016	2015
Propriedades para investimento	30.996	30.996
<b>TOTAL</b>	<b>30.996</b>	<b>30.996</b>



## NOTA 17 – IMOBILIZADO

### A) Imobilizado de Uso

Os bens do “Ativo Imobilizado” da empresa são avaliados pelo valor de custo de aquisição. No ano de 1999, a empresa reavaliou os seus imóveis.

A empresa utiliza as taxas determinadas pela legislação fiscal na depreciação dos bens do Ativo Imobilizado. Não foi realizado teste de recuperabilidade desses ativos.

										2016
	Taxa depreciação	Saldo em 31/12/2015	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015	Depreciação exercício	Baixas	Saldo em 31/12/2016	Valor contábil líquido 2016
		Valor contábil bruto			Depreciação					
Terrenos	0%	6.552.034	0	(102.600)	6.449.434	0	0	0	0	6.449.434
Obras e edificações	4%	14.893.518	0	(4.990)	14.888.528	14.213.462	60.234	(3.111)	14.270.585	617.943
Instalações	10%	386.161	10.413	(655)	395.919	283.477	20.817	(655)	303.640	92.279
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	44.426.684	525.260	(40.893)	44.911.051	41.067.522	654.529	(32.293)	41.689.758	3.221.292
Móveis e utensílios	10%	3.643.672	117.405	(8.070)	3.753.007	1.876.687	256.289	(6.889)	2.126.087	1.626.920
Veículos	20%	20.210.979	2.408.000	(134.281)	22.484.698	16.826.821	1.767.051	(134.281)	18.459.591	4.025.107
Tratores e máq. Terraplanagem	20%	3.810.857	1.033.900	0	4.844.757	3.650.843	325.105	0	3.975.947	868.810
Ferramentas	20%	10.377	206	0	10.583	9.717	153	0	9.869	714
Biblioteca	10%	15.175	0	0	15.175	15.175	0	0	15.175	0
Benfeitorias em prop. Terceiros	4%	9.601.103	4.177.848	(34.895)	13.744.056	2.301.580	472.087	(15.507)	2.758.160	10.985.896
Embarcações e acessórios	5%	7.169	0	0	7.169	3.746	296	0	4.042	3.127
Reformas em máq. Terceiros	10%	42.630	0	0	42.630	42.630	2.228	0	44.858	0
Benfeitorias em imóveis	4%	1.036.267	0	0	1.036.267	856.584	13.778	0	870.362	168.255
Ferrovia	4%	1.050.784	0	0	1.050.784	974.926	9.200	0	984.126	62.080
Equipamentos de computação	20%	7.104.004	1.750.761	(32.524)	8.822.241	4.336.622	1.000.172	(31.946)	5.304.848	3.517.393
Correias de transmissão	50%	6.134.229	0	0	6.134.229	3.867.505	1.249.717	0	5.117.223	1.017.006
<b>TOTAL</b>		<b>118.925.643</b>	<b>10.023.792</b>	<b>(358.908)</b>	<b>128.590.528</b>	<b>90.327.297</b>	<b>5.831.656</b>	<b>(224.682)</b>	<b>95.934.271</b>	<b>32.656.258</b>



										2015
	Taxa depreciação	Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2014	Depreciação exercício	Baixas	Saldo em 31/12/2015	Valor contábil líquido 2015
Valor contábil bruto					Depreciação					
Terrenos	0%	6.634.767	0	(82.732)	6.552.034	0	0	0	0	6.552.034
Obras e edificações	4%	14.893.518	0	0	14.893.518	14.153.193	60.269	0	14.213.462	680.055
Instalações	10%	366.252	21.079	(1.170)	386.161	265.434	18.534	(491)	283.477	102.683
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	43.754.025	819.586	(146.927)	44.426.684	38.549.529	2.657.681	(139.688)	41.067.522	3.359.162
Móveis e utensílios	10%	2.967.970	744.986	(69.283)	3.643.672	1.716.806	222.747	(62.866)	1.876.687	1.766.985
Veículos	20%	20.035.558	919.080	(743.659)	20.210.979	15.949.824	1.620.656	(743.659)	16.826.821	3.384.158
Tratores e máq. Terraplanagem	20%	3.940.757	0	(129.900)	3.810.857	3.518.071	262.672	(129.900)	3.650.843	160.014
Ferramentas	20%	9.676	701	0	10.377	9.676	41	0	9.717	661
Biblioteca	10%	15.216	0	(41)	15.175	15.216	0	(41)	15.175	0
Benfeitorias em prop. Terceiros	4%	8.625.001	979.764	(3.661)	9.601.103	1.959.740	343.146	(1.306)	2.301.580	7.299.524
Embarcações e acessórios	5%	7.169	0	0	7.169	3.433	313	0	3.746	3.424
Reformas em máq. Terceiros	10%	54.100	0	(11.469)	42.630	53.808	292	(11.469)	42.630	0
Benfeitorias em imóveis	4%	1.036.267	0	0	1.036.267	845.156	11.428	0	856.584	179.683
Ferrovia	4%	1.050.784	0	0	1.050.784	951.177	23.749	0	974.926	75.858
Equipamentos de computação	20%	6.759.130	1.015.594	(670.721)	7.104.004	4.041.763	965.443	(670.584)	4.336.622	2.767.382
Correias de transmissão	50%	3.645.240	2.488.988	0	6.134.229	2.516.281	1.351.224	0	3.867.505	2.266.723
<b>TOTAL</b>		<b>113.795.429</b>	<b>6.989.778</b>	<b>(1.859.563)</b>	<b>118.925.643</b>	<b>84.549.108</b>	<b>7.538.195</b>	<b>(1.760.004)</b>	<b>90.327.297</b>	<b>28.598.346</b>

### B) Imobilizado em Andamento

As “Imobilizações em Andamento” apresentam saldo referente à obra do prédio do Departamento Regional de Campos Novos.

	2016	2015
Construções em Andamento	181.000	181.000
<b>TOTAL</b>	<b>181.000</b>	<b>181.000</b>



## NOTA 18 – INTANGÍVEIS

Os bens do “Ativo Intangível” são avaliados pelo valor de custo de aquisição.

A empresa utiliza as taxas determinadas pela legislação fiscal na depreciação desses bens.  
Não foi realizado *impairment* test para os ativos intangíveis.

2016								
	Valor contábil bruto				Amortização			
	Saldo em 31/12/2015	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015	Baixas	Amortização exercício	Saldo em 31/12/2016
Direito de uso de telefone	26.055	0	(14.101)	11.953	0	0	0	0
Licença de uso de software	2.229.812	915.023	0	3.144.835	1.242.345	0	401.870	1.644.215
Marcas	1.397	0	0	1.397				
<b>TOTAL</b>	<b>2.257.263</b>	<b>915.023</b>	<b>(14.101)</b>	<b>3.158.185</b>				

2016				
	Taxa depreciação	Prazo vida útil	Valor contábil líquido 2015	Valor contábil líquido 2016
Direito de uso de telefone	0%	Indefinida	26.055	11.953
Licença de uso de software	20%	5 anos	987.467	1.500.620
Marcas	0%	Indefinida	1.397	1.397
<b>TOTAL</b>			<b>1.014.918</b>	<b>1.513.970</b>



2015								
	Valor contábil bruto				Amortização			
	Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2014	Baixas	Amortização exercício	Saldo em 31/12/2015
Direito de uso de telefone	26.055	0	0	26.055	0	0	0	0
Licença de uso de software	2.212.486	17.326	0	2.229.812	955.513	0	286.832	1.242.345
Marcas	1.397	0	0	1.397	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>2.239.937</b>	<b>17.326</b>	<b>0</b>	<b>2.257.263</b>	<b>955.513</b>	<b>0</b>	<b>286.832</b>	<b>1.242.345</b>

2015				
	Taxa depreciação	Prazo vida útil	Valor contábil líquido 2014	Valor contábil líquido 2015
Direito de uso de telefone	0%	Indefinida	26.055	26.055
Licença de uso de software	20%	5 anos	1.256.972	987.467
Marcas	0%	Indefinida	1.397	1.397
<b>TOTAL</b>			<b>1.284.424</b>	<b>1.014.918</b>



## NOTA 19 – PASSIVO CIRCULANTE

### A) Fornecedores

A rubrica contábil “Fornecedores” é composta pelas obrigações da empresa junto a fornecedores diversos de bens e serviços.

	2016	2015
Fornecedores de Bens e Serviços	93.727	486.994
<b>TOTAL</b>	<b>93.727</b>	<b>486.994</b>

### B) Obrigações tributárias e sociais

As “Obrigações Tributárias e Sociais” têm seu saldo vinculado aos tributos e contribuições sociais incidentes sobre as receitas auferidas, encargos da folha de pagamento de funcionários e retenções de serviços terceirizados. Os saldos de 2016 referem-se a obrigações com vencimento em Janeiro de 2017.

	2016	2015
Obrigações Tributárias e Sociais	3.432.418	3.880.512
<b>TOTAL</b>	<b>3.432.418</b>	<b>3.880.512</b>

### C) Obrigações trabalhistas e provisões

	2016	2015
Provisão Férias e encargos	9.347.988	9.096.490
Provisão Licença Especial e encargos	6.957.105	7.523.071
Plano de Demissão Voluntária Incentivada	1.871.685	3.144.100
Processo Trabalhista SINTRACASC	8.232	212.471
Processo Trabalhista SIMVETS	3.097.172	3.134.585
<b>TOTAL</b>	<b>61.587.987</b>	<b>55.007.362</b>



#### D) Programa de demissão incentivada

As obrigações com o Programa de demissão incentivada para o próximo exercício tiveram um aumento significativo pois 2016 foi o último ano para adesão ao PDI.

	2016	2015
Programa de Demissão Incentivada	40.305.805	31.896.645
<b>TOTAL</b>	<b>40.305.805</b>	<b>31.896.645</b>

#### E) Credores por convênios e contratos

Valores correspondentes a convênios firmados com diversas entidades para desenvolver projetos de interesse da CIDASC. Os valores registrados nesta rubrica correspondem a ingressos financeiros para execução dos Planos de Trabalho, cuja reconhecimento de receita se dá no momento da execução da despesa.

	2016	2015
MAARA – Conv. SUSAV 01/2000	103.628	103.628
Convênio Corredor exportação TGSFS	6.762.085	6.762.085
Fundo Estadual de Saúde	0	14.000
MAPA Sanidade Avícola	121	121
MAPA – Defesa sanitária vegetal	11.860	0
MAPA 755855	0	17.046
MAPA 756431 – Sanidade avícola	758.529	153.570
MAPA 762788 – Sanidade Pesqueira e Aquícola	681.606	931.300
MAPA 794620 – Suasa	4.493.411	1.577.478
Ministério Público Santa Catarina - FRBL	5.133	12.484
CERES – Fundação da Seguridade Social	139.637	0
<b>TOTAL</b>	<b>12.956.010</b>	<b>9.571.712</b>

#### F) Mercadorias de terceiros em nosso poder

Este saldo corresponde ao estoque de terceiros que estão armazenados no Terminal Granelero de São Francisco. O saldo também está registrado no ativo.

	2016	2015
Mercadorias de terceiros em nosso poder	91.135.834	24.707.166
<b>TOTAL</b>	<b>91.135.834</b>	<b>24.707.166</b>



### G) Outras obrigações

	2016	2015
Créditos não identificados	34.581	34.493
Credores caução	464.423	451.006
Adiantamento de clientes	162.880	160.382
Valores consignados folha de pagamento	821.462	0
Ressarcimento desconto folha de pagamento	0	431
Adiantamento da alienação de ativos (1)	122.430	166.768
<b>TOTAL</b>	<b>1.605.776</b>	<b>813.080</b>

(1) – Valor correspondente à venda de terreno a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, cujos benefícios econômicos permaneceram no controle da CIDASC até o encerramento do exercício de 2016. Compõe o saldo também o ressarcimento de retroescavadeira da Prefeitura Municipal de Ipuçu.

## NOTA 20 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

### A) Fornecedores

A rubrica contábil Fornecedores é composta pelas obrigações da empresa junto a fornecedores diversos de bens e serviços.

	2016	2015
Programa de Demissão Incentivada - PDI	342.851.587	229.731.685
<b>TOTAL</b>	<b>342.851.587</b>	<b>229.731.685</b>

### B) Plano de Demissão Voluntária Incentivada

O Plano de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI teve os primeiros desligamentos em 2014 e a vigência máxima para o pagamento dos incentivos é de três anos, finalizando, portanto, até o final do exercício seguinte.

	2016	2015
Plano de Demissão Voluntária Incentivada	0	1.554.267
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>1.554.267</b>



### C) Provisão Contingências

Valores provisionados com base na opinião dos nossos assessores legais

	2016	2015
Provisão Trabalhista	6.345.014	5.992.051
Provisão Cível	3.110.193	2.641.897
<b>TOTAL</b>	<b>9.455.207</b>	<b>8.633.948</b>

	2016		
	Trabalhista	Cível	Total
Saldo 31/12/2015	5.992.051	2.641.897	8.633.948
Baixas	(98.134)	0	(98.134)
Adições	756.148	468.796	1.224.944
Reversões	(305.051)	(500)	(305.551)
<b>Saldo 31/12/2016</b>	<b>6.345.014</b>	<b>3.110.193</b>	<b>9.445.207</b>

### D) Obrigações tributárias

A empresa aderiu ao parcelamento da Receita Federal do Brasil - RFB, instituído pela Lei nº 12.996/2014, conhecida como REFIS DA COPA.

Em 2012 a empresa foi notificada pelo não recolhimento, nos meses de maio de 2011 a dezembro de 2011, dos valores devidos a “Outras Entidades”, incidentes sobre a folha de pagamento. O valor do montante não recolhido foi de R\$ 1.986.419,45.

Após consulta à Procuradoria Geral do Estado - PGE sobre a pertinência da adesão foi emitido, em 21/08/2014, o parecer favorável ao parcelamento. Sendo assim, em 25/08/2014, a empresa desistiu do processo administrativo e aderiu ao REFIS.

	2016	2015
Parcelamento Refis da Copa	2.137.215	2.539.938
<b>TOTAL</b>	<b>2.137.215</b>	<b>2.539.938</b>

Composição total da obrigação:

	2016	2015
Circulante	191.512	205.295
Não circulante	2.137.215	2.539.938
<b>TOTAL</b>	<b>2.328.727</b>	<b>2.745.233</b>



#### E) Recursos de convênios aplicados a realizar

“Recursos de Convênios Aplicados a Realizar” é utilizada para contabilizar a aquisição de imobilizado/intangível por meio de convênios, cuja receita será reconhecida mediante o reconhecimento da depreciação/ amortização destes bens.

	2016	2015
Conv. MAPA 02/2007	1.647	2.506
Conv. Sapiens Park	110.572	226.279
Conv. MAPA 002/2008	9.303	14.739
Conv. MAPA 001/2008	11.323	15.190
Conv. MAPA 001/2009	13.251	17.160
Conv. MAPA 755855/2011	185.494	395.983
Conv. MAPA 756431/2011	580.345	1.442.316
Conv. MAPA 762778/2011	106.627	36.908
Conv. MAPA 794620/2013	2.576.062	1.316.421
Conv. MP/SC 9/2015 FRBL	64.568	3.471
<b>TOTAL</b>	<b>3.659.192</b>	<b>3.470.973</b>

#### F) Outras obrigações de longo prazo

São receitas de subvenção recebidas antecipadamente em dezembro de 2016 pelo governo do estado em relação à realização da despesa do 13º salário de 2017.

	2016	2015
Receitas de Subvenção Estadual a Realizar	229.493	247.096
<b>TOTAL</b>	<b>229.493</b>	<b>247.096</b>



## NOTA 21 – CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

### A) Capital social

O “Capital Social Subscrito” perfaz o montante de R\$ 37.416.480,00.

Foram integralizados R\$ 37.408.423,68 pelo Governo do Estado de Santa Catarina, restando R\$ 8.056,32 a integralizar.

O capital social está dividido em 37.416.480 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

### B) Das reservas

“Reserva de Capital” – Constituída em 2009 conforme manifesto nº 014/08 da Assessoria Jurídica, referente às compensações de créditos da construção do Corredor de Exportação Terminal Graneleiro São Francisco do Sul - Deliberação Conselho de Autoridade Portuária - CAP nº 82/02-X;

Reserva de Reavaliação - Em 1999, a CIDASC procedeu as reavaliações de bens imóveis (terrenos e edificações) em todas as unidades da empresa no estado. O laudo de avaliação foi emitido por JDR Consultores Associados Ltda. Atualmente o saldo da “Reserva de Reavaliação” é composto por terrenos reavaliados. As edificações reavaliadas foram totalmente depreciadas e os tributos revertidos.

	2016	2015
Reserva de Capital	25.134.178	25.134.178
Reserva de Reavaliação	5.132.494	5.195.627
<b>TOTAL</b>	<b>30.268.688</b>	<b>30.329.805</b>

### C) Resultados acumulados

Os valores que compõem os resultados acumulados estão distribuídos em:

	2016	2015
Lucros Acumulados e/ou Saldo à Disposição da Assembleia	1.678.654	3.237.700
(-) Prejuízos Acumulados	(61.550.558)	(63.924.082)
(-) Prejuízos Acumulados dif. IPC/BTNF	(2.512.958)	(2.512.958)
Efeitos Líquidos dif. IPC/BTFN	32.597	32.597
<b>TOTAL</b>	<b>(62.352.265)</b>	<b>(63.166.743)</b>



## NOTA 22 – RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais são obtidas por meio das receitas de revenda de mercado e prestação de serviços.

As receitas comerciais referem-se à revenda de guias de defesa sanitária animal.

As receitas de prestação de serviços são formadas por armazenagem, defesa sanitária vegetal, classificação de produtos de origem vegetal, inspeção de produtos de origem animal, apoio laboratorial e fiscalização de insumos agrícolas.

	2016	2015
Receitas Revenda de Mercadorias	7.945	9.195
Receitas Prestação Serviços	33.691.091	35.449.260
<b>TOTAL FATURAMENTO</b>	<b>33.699.036</b>	<b>35.458.455</b>

	2016	2015
(-) Deduções Receitas Revenda de Mercadorias	730	1.280
(-) Deduções Receitas	4.063.199	4.030.786
<b>TOTAL DEDUÇÕES</b>	<b>4.063.929</b>	<b>4.032.066</b>

	2016	2015
Receita Bruta	33.699.036	35.458.455
(-) Deduções Receita	4.063.929	4.032.066
<b>TOTAL RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>29.635.107</b>	<b>31.426.389</b>

## NOTA 23 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	2016	2015
Custos de Mercadorias Vendidas	1.916.897	3.826.070
Custos dos Serviços Prestados	5.746.905	4.519.174
<b>TOTAL</b>	<b>7.663.802</b>	<b>8.345.244</b>



## NOTA 24 – DESPESAS OPERACIONAIS

### A) Despesas Gerais

Valores dispendidos para a manutenção da empresa, sendo os principais gastos com serviços de terceiros gerais, depreciação e amortização, energia elétrica e serviço de comunicação.

	2016	2015
Serviços de terceiros	13.731.557	6.230.709
Depreciação e amortização	5.754.893	7.173.427
Materiais de consumo	1.533.300	1.447.549
Energia elétrica	2.550.561	2.579.907
Locação de imóveis	529.974	578.295
Locação de máquinas e equipamentos	476.128	436.965
Seguros	668.748	604.526
Diárias de viagens	629.982	817.398
Provisão Contingência Cível	468.796	0
Outras despesas administrativas	159.763	129.120
<b>TOTAL</b>	<b>26.503.702</b>	<b>19.997.896</b>

### B) Despesas tributárias

Referem-se, em sua maioria, ao IPTU, ITR e ICMS Diferencial de Alíquotas na aquisição de mercadorias de outros estados destinadas ao ativo imobilizado ou uso e consumo.

	2016	2015
IPTU	103.543	99.074
ICMS	25.672	26.578
ITR	708	15.850
Taxa Licenciamento Veículos	44.075	42.806
Taxas Federais	97.041	85.035
Taxas Estaduais	2.066	3.468
Taxas Municipais	16.478	22.596
IOF	10.758	2.410
Outras despesas tributárias	6	(33)
<b>TOTAL</b>	<b>300.347</b>	<b>297.784</b>



### C) Despesas de Pessoal

Rubrica composta pelos valores dispendidos com a folha de pagamento da empresa.

	2016	2015
Salários e Ordenados	64.623.346	61.007.526
Encargos INSS	20.696.528	20.709.168
Encargos FGTS	5.770.874	5.577.565
Provisões 13º Salário e encargos	8.051.003	7.567.507
Provisões Férias e encargos	12.570.149	10.318.031
Provisões Licença prêmio e encargos	3.071.470	3.362.830
Programa de Demissão Incentivada	35.568.041	30.257.898
Plano de Demissão Voluntária Incentivada	3.199.929	3.089.153
Férias	1.074.126	484.877
Bolsa estágio	666.957	577.445
Provisão de contingência trabalhista	756.149	558.557
Outras despesas	1.414.064	559.693
<b>TOTAL</b>	<b>157.462.636</b>	<b>144.070.250</b>

### D) Benefícios a Empregados

Os benefícios concedidos aos empregados foram: assistência médica, Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), Vale Transporte (VT), auxílio creche e babá, despesas com funerais, cursos, instruções e eventos.

	2016	2015
Assistência Médica	2.344.256	2.160.904
Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	4.999.627	5.070.599
Previdência privada	1.620.985	1.408.129
Auxílio creche e babá	2.787.524	2.469.789
Instruções e Cursos	159.149	212.677
Demais Benefícios	35.166	28.116
<b>TOTAL</b>	<b>11.946.707</b>	<b>11.350.214</b>



## NOTA 25- BENEFÍCIO PÓS EMPREGO – PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

A CIDASC possui um plano de previdência complementar a seus colaboradores: o CIDASC-FLEX CERES. Administrado pela CERES – Fundação de Seguridade Social, é oferecida de forma facultativa a todos os seus funcionários cobrindo benefícios programados e de risco. É definido na modalidade plano misto, dado que na fase contributiva é CV (Contribuição Definida) e na fase benefício passa a ser BD (Benefício Definido).

Na fase contributiva, o participante define o valor de contribuição em porcentagem salarial, até o limite de 7% do salário de participação. Pode fazer ainda aportes adicionais (sem paridade da patrocinadora) ou alterar o percentual de contribuição periodicamente.

Na fruição do benefício, o valor deste é calculado no momento da aposentadoria, com base no saldo da reserva pessoal e tem caráter vitalício.

O custeio é paritário (até o limite de 7%), de modo que a parcela da CIDASC corresponde a 50% da contribuição mensal. As contribuições realizadas pela companhia em 2016 totalizaram R\$ 1.620.985,25.

## NOTA 26 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

### A) Outras receitas

Composta por receitas com locação, reversão de provisões, venda de sucatas em leilão e ganhos em processos judiciais.

	2016	2015
Reversões de Provisões	10.042.859	7.942.639
Receitas com Locações	39.019	30.049
Doações e Bonificações Recebidas	4.242	47
Multas recebidas	266.074	22.421
Recuperação de Despesas	19.130	9.381
Indenizações Judiciais Recebidas	7.933	15.347
Reversão de provisão de contingências	305.551	0
Reversão de Perdas Estimadas de Crédito Liquidação Duvidosa	150.179	0
Outras Receitas Operacionais	11.108	2.560
(-) Deduções de Outras Receitas	(71.159)	(14.812)
<b>TOTAL</b>	<b>10.774.936</b>	<b>8.007.632</b>



## B) Subvenções recebidas

Referem-se às subvenções recebidas do Governo do Estado de Santa Catarina, para custeio, principalmente para despesa com folha de pagamento e seus encargos.

Também são contabilizadas as receitas com os convênios firmados com o Ministério da Agricultura e da Pesca (MAPA), Secretaria do Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina e Ministério Público do Santa Catarina, que concedeu recursos para o projeto “Educação Sanitarista em Defesa Agropecuária”.

	2016	2015
Subvenção Estadual	161.358.659	143.818.053
Subvenção Federal	2.192.043	2.366.543
Subvenção Convênio Secretaria da Agricultura	1.319.743	2.320.195
Subvenção Ministério Público SC	59.538	7.269
<b>TOTAL</b>	<b>164.929.983</b>	<b>148.512.061</b>

## NOTA 27 – RESULTADO FINANCEIRO

### A) Receitas Financeiras

São compostas por multas e tarifas recebidas de clientes em atraso, descontos, juros recebidos e rendimentos de aplicação financeira.

	2016	2015
Juros Recebidos	520.951	53.844
Variações Monetárias Ativas	63.794	246
Rendimento Aplicação Financeira	59.900	48.697
Multas recebidas	172.343	233.060
Demais Receitas Financeiras	22.249	0
<b>TOTAL</b>	<b>839.237</b>	<b>335.847</b>



## B) Despesas Financeiras

São compostas por tarifas e comissões bancárias, referentes a despesas com emissão de boletos e manutenção de conta bancária, além de juros passivos.

	2016	2015
Juros Passivos	52.002	25.055
Tarifas e Comissões Bancárias	44.469	38.931
<b>TOTAL</b>	<b>96.471</b>	<b>63.986</b>

## NOTA 28 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

São registrados os ganhos e perdas na alienação de imobilizado e intangível.

### A) Outras receitas

	2016	2015
Ganhos na Baixa ou Alienação de Imobilizado	364.352	255.090
<b>TOTAL</b>	<b>364.352</b>	<b>255.090</b>

### B) Outras despesas

	2016	2015
Perdas na Baixa ou Alienação de Imobilizado	303.838	45.225
<b>TOTAL</b>	<b>303.838</b>	<b>45.225</b>



## NOTA 29 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Total de tributos sobre o lucro apurados no exercício.

	2016	2015
Imposto de renda	422.693	818.107
Contribuição social sobre o lucro líquido	164.764	310.614
<b>TOTAL</b>	<b>587.457</b>	<b>1.128.721</b>

## NOTA 30 – PASSIVOS CONTINGENTES

- Os passivos contingentes trabalhistas e cíveis foram constituídos com base em riscos de perdas em processos em que a Companhia faz parte, cuja probabilidade de perda é possível na opinião dos assessores legais.
- A entidade não reconhece um passivo contingente, sendo necessário apenas sua divulgação em notas explicativas, conforme exposto no CPC 25, que dispõe sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

	2016	2015
Trabalhista	3.625.278	2.722.855
Cível	23.671.016	23.500.018
<b>TOTAL</b>	<b>27.296.294</b>	<b>26.222.873</b>



## NOTA 31 – SEGUROS

A CIDASC mantém os seguintes contratos de seguros para cobrir eventuais sinistros:

OBJETO	VALOR SEGURADO
Veículos	100%, 102,4% e 110% Tabela FIPE
Predial – Ed. Embaixador	R\$ 4.000.000
Instalações Terminal Graneleiro	R\$ 29.165.000
Operador Portuário	Reembolso sobre qualquer quantia que a CIDASC vier ser responsável civilmente, em sentença transitada em julgado em função do seu exercício de operador portuário.
Mercadorias Terminal Graneleiro	R\$ 40.000.000

## NOTA 32 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A entidade não apresentou eventos subsequentes entre a data da emissão das demonstrações e a autorização para emissão das demonstrações.



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Conselheiros da  
**Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC**  
Nesta

### **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2016** e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos das ressalvas mencionadas no parágrafo **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CIDASC** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**

1 - A conta “Depósito Compulsório” registrava em 31.12.2016 o saldo de R\$ 2.859.057,50, foi solicitado o extrato oficial, emitido pela Secretaria da Fazenda, e até o término dos trabalhos não foi obtido retorno, motivo pelo qual, ressalvamos o valor supramencionado.

2 - O saldo da conta “Outras Duplicatas a Receber” em 31.12.2016 era de R\$ 158.169,33. Conforme informado pela CIDASC, o saldo foi constituído antes de 2008 e não nos foi apresentado relatório que subsidiasse os referidos valores, motivo pelo qual não podemos emitir opinião acerca dos mesmos.



3 - A conta “Depósitos Judiciais” registrava em 31.12.2016 o saldo de R\$ 8.745.500,31. Não nos foram exibidos os extratos oficiais referentes a confirmação dos saldos mencionados. Por este motivo deixamos de opinar sobre este saldo.

4 - Efetuamos análises em bases de testes do Relatório da conta de “Provisão para Licença Especial” desenvolvido neste exercício no novo sistema adotado pela área de Recursos Humanos da Companhia (SIGRH). Após os testes efetuados em colaboradores selecionados por amostragem, constatamos inconsistências que sugerem falta de segurança das informações geradas. Por este motivo, ressalvamos os saldos de “Provisão para Licença Especial”, com os respectivos encargos, no valor de R\$ 6.957.105,06, em 31.12.2016.

5 - Sobre a conta “Credores por Convênios e Contratos”, fizemos as seguintes ressalvas: Os convênios “Bunge Alimentos S/A” – R\$ 4.777.858,80; “Litoral Agência Marítima Ltda.” – R\$ 1.245.590,57 e “Agrenco do Brasil Ltda.” R\$ 738.635,64 não estão suportados por documentação legal e persistem sem movimentação há longa data. Por este motivo emitimos ressalva sobre estes saldos.

6 - A conta “Reserva de Capital” em 31.12.2016 abriga o saldo de R\$ 25.134.178,04, referente a créditos de operação da construção do Corredor de Exportação no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul. Ressalvamos que este registro contábil não encontra suporte na Lei n. 6.404/76.

### **Ênfase**

1- Chamamos atenção para a nota explicativa n. 10, que trata do Programa de Demissão Incentivada da Companhia, aprovado pela Resolução CPF no. 25/2008, que contempla aos funcionários a opção pela adesão ao plano de demissão incentivada. As rescisões contratuais, através do PDI, iniciaram em fevereiro de 2009 e a vigência do programa é de 13 (treze) anos, logo os valores estão segregados no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante. Até 31 de dezembro de 2016 foram demitidos pelo programa 575 empregados. Nas demonstrações contábeis os incentivos financeiros estão reconhecidos como segue: “Ativo Circulante – Outros Créditos a Receber – PDI” R\$ 40.305.804,93 e “Ativo não Circulante – Outros Créditos a Receber – PDI” R\$ 342.851.587,42, “Passivo Circulante – Despesas Provisionadas – PDI” R\$ 40.305.804,93 e “Passivo não Circulante – Despesas Provisionadas – PDI” R\$ 342.851.587,42. Ressaltamos que as contabilizações dos valores citados foram efetuadas no pressuposto da responsabilidade do Governo do Estado pelo pagamento dos mesmos. Nossa opinião não está ressalvada em virtude deste assunto.



2- Conforme nota explicativa n. 30 a Companhia figura como Ré em ações judiciais Trabalhistas e Cíveis. De acordo com o Relatório emitido pela Assessoria Jurídica da CIDASC, estas ações que estão avaliadas quanto ao grau de risco de perda possível somam R\$ 27.296.294,00, enquanto as provisões realizadas somam R\$ 9.455.206,86. Nossa opinião não está ressalvada em virtude deste assunto.

3- A Companhia atualmente conta com Ativo Total de R\$ 534.467.277,28, em 31 de dezembro de 2016, caracterizando-se como empresa de grande porte conforme Lei n. 11.638/07, requerendo, portanto, a adoção integral dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, assim como as respectivas Normas Brasileiras de Contabilidade. Até o término de nossos trabalhos, a Companhia não havia efetuado estudo para aplicação da mencionada norma em sua íntegra. Nossa opinião não está ressalvada em virtude deste assunto.

## **Outros Assuntos**

### **Auditoria dos valores correspondentes a 2015**

Os valores correspondentes ao exercício de 2015, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram Relatório datado de 24 de março de 2016, com as seguintes modificações de opinião: *“A conta “Depósito Compulsório” registrava em 31 de dezembro de 2015 o saldo de R\$ 3.868.171,88. Não foi disponibilizado a essa auditoria o Extrato oficial, emitido pela Secretaria da Fazenda. Assim, não foi possível emitir opinião sobre o referido saldo. Esta auditoria não teve acesso aos extratos oficiais referentes à confirmação do saldo da conta de “Bloqueio Judicial” que apresentou o saldo de R\$ 4.994.569,69 em 31 de dezembro de 2015, assim sendo não foi possível opinar sobre este saldo. Não foi fornecido a esta auditoria relatórios individualizados por funcionário com os cálculos das “Obrigações para Férias” e encargos referentes ao saldo de R\$ 9.096.490,39, assim como, do saldo de R\$ 7.523.070,74 da conta “Provisão para Licença Especial” e encargos, sendo assim, não foi possível validar os saldos apresentados. A conta “Reserva de Capital” em 31 de dezembro de 2015 apresenta saldo de R\$ 25.134.178,04, referente a créditos de operação da construção do Corredor de Exportação no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul. Ressalvamos que este registro contábil não encontra suporte na Lei n. 6.404/76.”.*

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Companhia** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Companhia** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Companhia** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Companhia**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Companhia**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 30 de março de 2017.

VGA Auditores Independentes  
CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

Lourival Pereira Amorim  
Diretor  
CRC/SC 9.914/O-3



Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca  
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC  
CNPJ: 83.807.586/0001-28



## Parecer do Conselho Fiscal



O Conselho Fiscal da CIDASC, em reunião realizada no dia 12 de abril de 2017, no cumprimento das disposições contidas no artigo 163 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e Lei nº 10.303 de 31 de dezembro de 2001, apreciou o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas, o Parecer da Auditoria Independente e demais documentos e informações referentes ao término do exercício de 2016.

À vista das verificações realizadas mensalmente nos balancetes da Empresa e das análises sobre os critérios adotados e considerando a manifestação contida no Parecer dos Auditores Independentes da VGA Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal são de parecer que o referido Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras que o acompanham refletem com fidelidade a situação patrimonial e econômico-financeira da Sociedade, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à apreciação ao Conselho de Administração.

Florianópolis(SC), 12 de abril de 2017.

Marina Guthiá Moraes

Olices Osmar Santini

Adriano Rotta



## Siga a Cidasc



[www.cidasc.sc.gov.br](http://www.cidasc.sc.gov.br)



[www.instagram.com/cidascoficial](https://www.instagram.com/cidascoficial)



[www.facebook.com/cidasc.ascom](https://www.facebook.com/cidasc.ascom)



[www.issuu.com/cidasc](http://www.issuu.com/cidasc)



[www.twitter.com/CidascOficial](https://www.twitter.com/CidascOficial)



[www.soundcloud.com/cidasc](https://www.soundcloud.com/cidasc)



[www.youtube.com/channel/  
UC3uGsy4VhDEcDWoskUYHkDg](https://www.youtube.com/channel/UC3uGsy4VhDEcDWoskUYHkDg)



[ascom@cidasc.sc.gov.br](mailto:ascom@cidasc.sc.gov.br)



**GOVERNO  
DE SANTA  
CATARINA**  
Secretaria de Estado da  
Agricultura e da Pesca

Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Bairro Itacorubi - Florianópolis/SC

[www.cidasc.sc.gov.br](http://www.cidasc.sc.gov.br)